

A ORIGEM DO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

Walquiria Martinez Heinrich FERRER*

RESUMO

O processo denominado mundialização do capital pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, Omo meio de recuperar as taxas de acumulação das décadas anteriores. O atual processo de mundialização do capital suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa desse fenômeno: constitui uma corrente ideológica ou um programa econômico? É possível desenvolver projetos autônomos de desenvolvimento, ou seja, desvinculados do mercado globalizado?

Palavras-chave: Mundialização do capital, globalização, economia, capital, mídia, relações trabalhistas, neo-liberalismo

SUMMARY

The process named 'worldly of the fund' may be defined as a capitalism reformulation into new economic basis and as a mean of recovering the accumulation taxes of the previous decades. The current process of the worldly of the fund raised several different opinions in relation to the exact definition of this phenomenon: does it constitute an ideological thought or an economic program? Is it possible to develop autonomous expanding projects out of the globalized market?

Key words: worldly of the fund; globalization; economy; fund; media; employment relationships, neo-liberalism.

O denominado processo de globalização está se evidenciando cada vez mais nos meios de comunicação e nas publicações acadêmicas. Na literatura encontrada a respeito, podem ser localizados diferentes termos relativos ao processo, como mundialização do capital, homogeneização da cultura, aldeia

* 1. Doutora em Educação pela UNESP - MARÍLIA - Marília.SP

2. Professora de Introdução à Metodologia e Metodologia Jurídica da Faculdade de Direito da UNIMAR - Marília.SP

global ou acentuação da americanização. Estas são denominações que podem variar de acordo com a conjuntura que estiver sendo analisada, mas essencialmente globalização representa o processo de mundialização do capital, que, em âmbito mundial, se acentuou no período posterior à segunda guerra mundial. Segundo Gaio, alguns analistas denominam o fenômeno globalização da seguinte forma: mundialização no que diz respeito às dimensões culturais, planetarização referente às dimensões espaciais e finalmente, globalização ao tratar das dimensões econômicas¹. (GAIO, 1998).

Alguns estudiosos ressaltam a inevitabilidade da chamada globalização. Segundo essa concepção, não há como permanecer alheio aos seus efeitos, pois são decorrentes de uma determinada etapa de transformações do capitalismo, onde se verifica uma reprodução ampliada das forças produtivas. De acordo com essa concepção, as nações tornaram-se interdependentes, não há como sociedades nacionais desenvolverem projetos econômicos desvinculados do sistema mundial e esta situação não se manifesta apenas no âmbito econômico, mas também em nível cultural.

Como conseqüência do mundo globalizado, o relativismo cultural cede espaço à universalidade. A indústria popular nacional busca sua consolidação na satisfação dos padrões internacionais de consumo, como nos lembra Ortiz:

“ Se lembrarmos que os economistas consideram por internacionalização o processo de adequação de normas de produção em nível da produção internacional, percebemos que a ‘qualidade’ dos programas realizados no Brasil, para se ‘elevar’, tem que tomar como referência o gosto dominante do mass média internacional.”(ORTIZ, 1998, p. 205).

O que vinha ocorrendo em décadas passadas, embora em menor escala, tornou-se um fenômeno que pensadores e estudiosos do início do século não poderiam sequer imaginar. O mundo vivencia um período cujas características são inovadoras, alteram-se relações de poder entre potências econômicas e políticas, as inovações tecnológicas ocorrem em um ritmo muito acelerado e afetam o destino de diversas nações.

A intensificação do processo de mundialização do capital pode ser visualizada no início da década de 70, período em que o sistema capitalista começa a apresentar sinais de saturação, evidenciado por baixas taxas de crescimento e altas taxas inflacionárias. Os primeiros sinais desse período de recessão econômica puderam ser observados inicialmente nas grandes potências, particularmente Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. As economias destes países sentiam os efeitos de um capitalismo instável, com elevações entre crescimento e recessão na economia. Esta instabilidade econômica se caracterizava por um capitalismo não sustentado, em que a lógica do capital não se realizava de maneira completa.

1. Como referência a esta determinada etapa do desenvolvimento do sistema capitalista, comumente designada globalização, este texto utilizará a denominação de mundialização do capital.

Nesse contexto, as grandes potências econômicas passaram a adotar medidas de contenção de custos na produção, visando a um aumento na margem de lucro no produto final. O resultado manifestou-se por um acirramento na concorrência entre as grandes empresas, que procuravam expandir seus investimentos, principalmente em regiões onde os custos de produção seriam minimizados com uma maior disponibilidade de matéria-prima, isenções fiscais e facilidades, por parte dos governos nacionais, na instalação de novas indústrias e pela exploração de mão-de-obra barata. As chamadas transnacionais tinham como objetivo a recuperação da estabilidade do crescimento econômico, criando as condições favoráveis para ampliação dos níveis de acumulação de capital anteriores à crise.

Dessa forma, o processo aqui denominado mundialização do capital pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, como um meio de recuperar as taxas de acumulação das décadas anteriores. Essa reestruturação não se manteve apenas na base econômica, mas se estendeu às esferas políticas e sociais das sociedades envolvidas pelo processo. Tendo em vista a viabilização das medidas adotadas para a reestruturação capitalista, foram necessárias determinadas políticas que possibilitassem o pleno desenvolvimento do processo.

Integrados nesse contexto, surgem denominações como privatizações, desregulamentação das economias, aberturas de mercado, desterritorialização, Estado mínimo e exclusão social, sendo viabilizadas por um programa de governo específico, o neoliberalismo. O programa neoliberal possibilita a implementação de reformas necessárias ao desenvolvimento e reprodução do capitalismo financeiro, podendo ser caracterizado como a expressão política da mundialização do capital, especificamente, como foi salientado, do capital financeiro.

Além das reformas de cunho econômico, voltadas à reestruturação do capital nas últimas décadas importantes acontecimentos mudaram o cenário político e econômico mundial, com conseqüências favoráveis ao avanço do chamado processo de globalização: a queda do Muro de Berlim, em 1989, com a unificação da Alemanha, a crise do socialismo no Leste Europeu, que desembocou na expansão da economia de mercado em localidades até então submetidas às premissas do socialismo, e o fim da Guerra Fria, iniciada em 1946.

Com a Revolução Européia de 1989, a história sofreu grandes alterações e tomou um novo rumo, dando início a um período em que se estabelecem novas correlações de forças. No período da Guerra Fria, havia blocos antagônicos e consolidados: o capitalismo e o socialismo. Duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, detinham um grande poderio militar e nuclear. Representavam dois blocos de poder com sistemas econômicos e políticos opostos.

As reformas efetuadas pelo governo Mikhail Gorbachev foram o início de profundas alterações, que refletiram diretamente no avanço do processo de globalização. Seu programa de governo compreendia a transparência política, com o início de um processo de democratização da vida política nacional e a

reestruturação econômica e administrativa. Pretendia a introdução paulatina dos mecanismos de mercado, em substituição aos mecanismos de uma economia centralmente planejada. Da mesma forma, a queda do Muro de Berlim em 1989 e a conseqüente reunificação da Alemanha possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo nos países socialistas do leste europeu.

Países cujo poder político estava centralizado no Estado-Nação, que detinha total controle sobre as esferas política, econômica e social, cederam à nova ordem mundial. Economias fechadas, voltadas à proteção das indústrias nacionais, com reservas de mercado para determinados produtos, submetem-se à dinâmica do mercado internacional, abrindo suas fronteiras para a entrada de um grande número de produtos estrangeiros.

Outro componente fundamental da viabilização desta determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a mundialização do capital financeiro, também denominado capital rentista ou fictício, pode ser visualizado pelo progresso tecnológico verificado nas últimas décadas. A extrema rapidez com que se desenvolveu a comunicação informatizada propiciou uma instantaneidade das operações financeiras, com a possibilidade de negociação de grandes volumes de capitais “fictícios” entre diferentes e distantes mercados, em tempo real.

De acordo com os dados abaixo, nenhum outro veículo de comunicação se desenvolveu tão rapidamente como a rede mundial de computadores, possibilitando, desta forma, a evolução da rentabilidade do capital “fictício” das transnacionais:

Tempo que cada meio de comunicação de massa demorou a atingir
50 milhões de usuários

Rádio	38 anos
Computador pessoal	16 anos
Televisão	13 anos
Internet	4 anos

Fonte: *Jornal Folha de S.Paulo*, 11/07/99, p. 1-17.

Base de Dados: Pnud/99

Segundo Giovanni Alves, a rede mundial de computadores – Internet – constitui o arcabouço midiático da financeirização:

“O desenvolvimento do ciberespaço na última década do século XX é um produto legítimo – e avançado – da Terceira Revolução Científico-Tecnológica. Ele é um dos importantes avanços no campo da comunicação informatizada, ou telemática, a partir dos anos 80 que contribuiu para impulsionar a mundialização do capital. Na verdade, a Internet se constituiu no arcabouço midiático de uma nova etapa do capitalismo mundial, cuja principal característica é o predomínio da financeirização.”

(ALVES, 1999, p.169).

Em linhas gerais, o chamado processo de globalização, como foi salientado, configura como uma etapa determinada do processo de acumulação do capital, que se caracteriza pela mundialização do capital financeiro, cuja dimensão não se restringe apenas ao aspecto econômico. Liszt Vieira aponta cinco dimensões da chamada globalização: econômica, política, social, ambiental e cultural; mas convém salientar que o próprio autor esclarece que o processo mencionado também se estende a outros níveis, como o comunicacional e o tecnológico.

O ideário neoliberal: a expressão política do processo de globalização.

A partir da década de 70, um movimento ideológico vem conquistando espaço em nível mundial, o neoliberalismo. Esse modelo de orientação política e econômica, que constitui a expressão política da globalização, caracteriza-se por uma oposição ao Estado intervencionista e de Bem-Estar social.

Inicialmente implementado pelo governo de Margaret Thatcher (1979) e, posteriormente por Ronald Reagan (1981), o projeto neoliberal de governo adquiriu âmbito mundial, tornando-se atualmente parte integrante do processo de mundialização do capital:

“O neoliberalismo é bem uma expressão da economia política da sociedade global. Forjou-se na luta contra o estadismo, o planejamento, o protecionismo, o socialismo, em defesa da economia de mercado, da liberdade econômica concebida como fundamento da liberdade política, condição de prosperidade coletiva e individual.”(IANNI, 1997, p. 139).

O neoliberalismo foi desenvolvido inicialmente por Friedrich Hayek, em 1944. Pouco depois, foi formada uma corrente neoliberal, que contou com a participação de Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, entre outros. Na Suíça foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin, com os objetivos de “[...] combater o keinesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. (ANDERSON, 1995, p.10).

Essa orientação ideológica não foi bem recebida de imediato, pois, seguindo orientação keynesiana, de forte intervenção estatal na economia, o capitalismo demonstrou grande fase de crescimento durante as décadas de 50 e 60. Por essa razão, os postulados neoliberais não representavam uma orientação que pudesse trazer resultados ainda melhores. No início da década de 70, o modelo econômico capitalista começa a apresentar sinais de instabilidade econômica e um acelerado processo inflacionário. Estes fatores propiciaram a ascensão do modelo teórico neoliberal, pois, segundo sua concepção, as origens da crise estavam no controle excessivo do Estado na economia.

De acordo com os postulados liberais, o homem é um ser dotado de elementos naturais que induzem e regulam suas ações no plano da realidade, seja no plano econômico, político ou cultural. Também é naturalmente

utilitarista e racional, dotado, de razão suficiente para tomar decisões que visem à maximização de seu bem-estar social. O Estado, por ser uma instituição, não tem os atributos naturais capazes de maximizar benefícios, pois interfere nas manifestações naturais dos agentes econômicos. O mercado seria o responsável pela interação entre os diversos interesses individuais, tendo como resultado não um caos na sociedade, mas uma harmonia entre os interesses opostos. (CARCANHOLO, M.D., 1998, p.18).

Desse modo, um dos principais componentes do ideário neoliberal é a desestatização da economia, pois, sem a regulamentação do poder estatal, o mercado mantém a ordem natural do sistema. Essa determinação de desregulamentação não se manifesta apenas no plano econômico, mas também no mundo do trabalho com a flexibilização das relações trabalhistas, o que significa uma oposição ao protecionismo estatal, nas questões trabalhistas. Segundo o ideário neoliberal, a livre negociação entre patrões e empregadores traria benefícios não somente aos trabalhadores, pois teriam maior liberdade de escolha, mas, principalmente, ao processo de reprodução e acumulação do capital, que teria maior liberdade nas relações contratuais.

Segundo os postulados do programa neoliberal, a solução seria a minimização do Estado, ou seja, diminuir sua intervenção no mercado, para que este se auto-regularize, como também a diminuição dos gastos públicos com o setor social, transferindo essa responsabilidade à iniciativa privada. Tais medidas, juntamente com reformas fiscais e estabilização monetária, trariam as condições necessárias para um efetivo crescimento econômico.

No Brasil, as políticas econômicas e sociais do projeto neoliberal, foram implementadas pelo governo de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, intensificadas por Fernando Henrique Cardoso. Desde o início da década de 90, a condução da política brasileira esteve claramente em convergência com o ideário neoliberal. A intensificação da circulação financeira, a desobstrução ao mercado internacional, intensivo processo de privatização e medidas voltadas à estabilização monetária (tendo expressão no Plano Real), são políticas voltadas à inserção econômica do país no contexto da nova ordem: a mundialização do capital financeiro.

A adoção dessas medidas faz parte de uma “estratégia global de modernização liberal”, que procura seguir as regras estabelecidas pelo “Consenso de Washington”. (CARCANHOLO, M. D, 1998). No final de 1989, membros dos organismos de financiamento internacional (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos se reuniram para avaliar as reformas econômicas implementadas na América Latina. Desta reunião, surgiram conclusões e recomendações que acabaram funcionando como um “manual” da política neoliberal, que ficou conhecido como “Consenso de Washington”. As recomendações propostas pelo “Consenso de Washington” abrangem as seguintes áreas: disciplina fiscal, prioridade ao combate do déficit público, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, investimento direto estrangeiro e privatizações. (CARCANHOLO, M.D. 1998, p. 25).

Em linhas gerais, o ideário neoliberal consiste em políticas voltadas à desestatização da economia, com a minimização da interferência do Estado; abertura de mercado ao comércio internacional, com o objetivo de estimular a concorrência com os produtos nacionais e propiciar a modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva nacional; estabilização monetária, a fim de atrair investimentos estrangeiros e amplo processo de privatização, com o objetivo de diminuir as dívidas internas e externas.

O atual processo de mundialização do capital suscitou diversas correntes de opinião quanto à definição precisa desse fenômeno: constitui uma corrente ideológica ou um programa econômico? É possível desenvolver projetos autônomos de desenvolvimento econômico, ou seja, desvinculados do mercado globalizado? Visto como o produto do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista, pode ser considerado inevitável?

A questão da viabilidade desse modelo de condução política e econômica, como também suas conseqüências, tem gerado muita polêmica, constituindo um grande desafio para estudiosos neste fim de século, como bem retrata Otávio Ianni, ao discorrer sobre os horizontes do pensamento:

“Nesta altura da história, em fins do século XX, as ciências sociais defrontam-se com problemas novos, surpreendentes, sobre os quais ainda não trabalharam, ou trabalharam pouco. Ocorre que o objeto das ciências sociais ampliou-se além da capacidade interpretativa dos conceitos já conhecidos”. (IANNI, 1997, p. 165).

No Brasil, assim como nos demais países, o chamado processo de globalização tem gerado muita polêmica com relação à sua inevitabilidade ou sua viabilidade. Os que se mostram favoráveis ao atual programa de governo e à inserção da economia do país no mercado internacional vêem o processo de globalização como inevitável, ao qual o país não pode permanecer alheio, por correr o risco de perder “o trem da história”, com um atraso irrecuperável no desenvolvimento das forças produtivas. Aqueles que adotam uma posição contrária argumentam que globalização é sinônimo de “entreguismo”, com a conseqüente acentuação da dependência econômica e agravamento dos problemas sociais.

No contexto do chamado processo de globalização, podem ser visualizados alguns aspectos considerados “positivos”, como o crescimento da importância da interferência da sociedade civil, por meio das ONGs, em questões até então restritas à esfera política, como na regulamentação do mercado de trabalho e na universalização dos direitos humanos e de valores éticos, ou seja, a prática de uma cidadania global.

Dentre esses aspectos considerados “positivos”, destaca-se a importância atribuída à educação, nos últimos anos. O desenvolvimento do setor educacional, tanto qualitativo como quantitativo, tornou-se um imperativo aos países em desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de adequação da mão-de-obra às novas necessidades impostas pelo mercado de trabalho, que, devido aos avanços tecnológicos, sofre constantes transformações.

A reestruturação produtiva foi responsável por uma reestruturação tam-

bém no universo educacional, impondo novas determinações e objetivos, especialmente para o ensino superior, que vem sofrendo transformações em sua estrutura administrativa, financeira e na elaboração das pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, 1999.
- ANDERSON, P. *Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CARCANHOLO, M. D. *Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GAIO, A. Reações das instituições militares ao processo de globalização. In: DOWBOR, L. *Desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FOLHA DE S.PAULO, 11. jul. 1999, p. 17.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.